

Gestão de periódicos científicos: estudo de casos em revistas da área de Administração

Luisa Veras de Sandes-Guimarães

Fundação Getulio Vargas – São Paulo/SP, Brasil

Eduardo H. Diniz

Fundação Getulio Vargas – São Paulo/SP, Brasil

Recebido em 30/outubro/2013

Aprovado em 03/abril/2014

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor Científico: Nicolau Reinhard

DOI: 10.5700/rausp1160

RESUMO

Na pesquisa relatada neste artigo, teve-se como objetivo analisar a gestão editorial de periódicos científicos da área de Administração no contexto brasileiro e propor uma tipologia de seus modelos de gestão. Adotou-se uma abordagem qualitativa e utilizou-se o método de estudo de casos múltiplos dos seguintes periódicos: RAE, RAC, RAUSP, O&S e BAR. Identificou-se que o modelo de gestão dos periódicos está fortemente vinculado a seu tipo de instituição mantenedora (associação científica, instituição de ensino superior [IES] pública, IES privada), a qual influencia nas questões financeiras, administrativas e científicas das revistas.

Palavras-chave: comunicação científica, periódicos científicos, gestão editorial, acesso aberto.

1. INTRODUÇÃO

Na pesquisa apresentada, o objetivo é analisar a gestão editorial de periódicos científicos da área de Administração no contexto brasileiro e propor uma tipologia de seus modelos de gestão. A coleta de dados baseia-se em entrevistas em profundidade com os editores e membros da equipe editorial de cada periódico, além de documentos disponíveis (*on-line* e em papel) sobre cada um deles.

A discussão proposta neste artigo ajuda a aprofundar o conhecimento dos modelos de gestão de periódicos científicos, em um momento em que os modelos dominantes estão sendo questionados, avaliando o panorama de publicação acadêmica em um país que começa a despontar no cenário científico internacional. A principal contribuição que se pretende é a construção teórica de um modelo de gestão de periódicos científicos que vá além da mera contraposição entre modelos abertos *versus* fechados, avançando na descrição dos processos de gestão científica e administrativa que fazem parte de um periódico científico em combinação com seu modelo de financiamento. Visa-se somar os resultados da pesquisa ao rol de conhecimentos relativos ao processo de edição e gestão de revistas científicas, inseridas especificamente nas práticas disciplinares do campo da Administração.

Luisa Veras de Sandes-Guimarães, Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, é Mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo (CEP 01313-920 – São Paulo/SP, Brasil), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
E-mail: luisa.unb@gmail.com

Eduardo H. Diniz, Doutor em Administração, é Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (CEP 01313-920 – São Paulo/SP, Brasil) e atua no Centro de Estudos em Microfinanças (GVcemf).
E-mail: eduardo.diniz@fgv.br

Endereço:
Fundação Getulio Vargas
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Avenida Nove de Julho, 2029
01313-920 – São Paulo – SP

A presente pesquisa faz-se relevante em um momento em que a dominância do lucrativo modelo de publicação científica, controlada por um pequeno número de grandes *publishers*, tem sido crescentemente questionada, apontando para a necessidade de se discutirem novos modelos baseados em repositórios abertos e outros formatos não baseados no lucro (Beverungen, Böhm & Land, 2012; Harvie, Lightfoot, Lilley & Weir, 2012). Hoje, o que acontece é que

os insumos básicos necessários à publicação (artigos e serviços editoriais) são providos às editoras (*publishers*) a custo zero (ou, no máximo, simbólico; alguns editores recebem pequena remuneração) e os compradores do produto ainda subsidiam a produção, uma vez que pagam salários de autores e editores. Adicionalmente, produziu-se um mercado concentrado, do qual se estima que três gigantes (*Reed Elsevier*, *Springer* e *Wiley*) respondam por mais de 40% dos periódicos existentes (Camargo Jr., 2012, p. 2).

Assim, o estudo de modelos de gestão relacionados a esse ramo de atividade fundamental para o desenvolvimento do conhecimento científico necessita ser melhor investigado, particularmente com o objetivo de desvendar o potencial de geração de novos modelos para a atividade de divulgação do conhecimento científico.

O contexto brasileiro é particularmente interessante. A produção acadêmica de pesquisadores brasileiros contada em artigos publicados anualmente em periódicos indexados na *Thomson Reuters* decuplicou entre 1981 e 2008, passando de 2.000 para 20.000 artigos no período (Adams & King, 2009). Com esse aumento, comparando com toda a produção científica mundial, a porcentagem de artigos com pelo menos um brasileiro como autor saltou de 0,44% em 1981 para 2,7%, em 2009, alcançando a 13ª colocação no *ranking* mundial da produção científica (Rezende, 2011). Brasil é também o único país da América Latina a investir mais de 1% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa, motivo pelo qual conta com mais de 60% de toda a produção científica da região (Regalado, 2010).

Entretanto, esse crescimento na produção científica brasileira não é correspondido com crescimento equivalente da relevância dos periódicos científicos do País. Um dos motivos alegados para essa discrepância é a preferência dos pesquisadores brasileiros pelos periódicos estrangeiros em detrimento daqueles do próprio país (Teixeira, Silveira, Botelho & Petroianu, 2012). Camargo Jr. (2012, p. 3) afirma que a “lógica atual de classificação de revistas no Qualis, baseada em indicadores de citação, tende indiretamente a privilegiar as publicações fechadas”, as quais são predominantemente estrangeiras, pois no Brasil a quase totalidade das publicações científicas é aberta. Ainda de acordo com o autor, seria importante que o Qualis fosse modificado no sentido de valorizar as revistas abertas, sendo isso, em sua opinião, “um importante passo na superação do atual modelo

oligopolista, especialmente se acompanhada de medidas que viabilizassem o financiamento da publicação” (Camargo Jr., 2012, p. 3). Esse cenário emergente e paradoxal aponta a relevância do estudo de periódicos científicos brasileiros.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir não só para os editores de revistas científicas, mas também para os responsáveis por decisões que se referem às políticas de avaliação e fomento de periódicos científicos no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se que a principal função do periódico científico é registrar, disseminar e comunicar o conhecimento científico de qualidade e de interesse social. Com isso, permite-se estabelecer a prioridade das descobertas, indicar a evolução de uma ciência e o andamento de atividades científicas, além de

servir como fonte de informações para o início de novas pesquisas e trabalhos científicos (Adami & Marchiori, 2005, p. 77).

Como lembra Carvalho (2011, p. 39),

do impresso ao eletrônico as revistas persistem com o propósito de comunicar o conhecimento produzido pelo homem [...] e atravessa os séculos chamando para si a responsabilidade de veicular o conhecimento científico e contribuir para a história humana.

Para cumprir sua função, os periódicos precisam pensar na gestão sustentável do negócio, que envolve, de acordo com Dubini e Giglia (2009), as questões de efetividade (alcançar os objetivos propostos), eficiência (minimizar os recursos utilizados para alcançar os objetivos propostos) e durabilidade (a possibilidade de operar com o tempo), este último aspecto frequentemente implicando a introdução de soluções inovadoras para lidar com um contexto em constante mudança.

Guanaes e Guimarães (2012) acrescentam que a sustentabilidade do periódico envolve, além dos custos, outros aspectos relacionados diretamente ao uso de plataformas *on-line* para publicação e edição de revistas científicas (acessibilidade, recuperação de informações, navegabilidade e interatividade), e também os parâmetros de qualidade que devem estar presentes em qualquer revista científica (avaliação por pares, conselho editorial, corpo editorial, entre outros).

2.1. Gestão científica e administrativa de periódicos

Com base na análise da literatura que se refere à edição e à publicação de periódicos científicos (Población *et al.*, 2003; Dias, 2006; Gruszynski, Golin & Castedo, 2008; Bedeian, Van Fleet & Hyman III, 2009; Dubini & Giglia, 2009; Gumieiro, 2009; Trzesniak, 2009; Gomes, 2010; Houghton & Oppenheim,

2010; ASK, 2011; Guanaes & Guimarães, 2012), foi possível identificar que a gestão de uma revista científica envolve dois grandes aspectos, um científico e outro administrativo, cada qual com seus respectivos custos.

O primeiro compreende o gerenciamento do processo de certificação científica, visando à seleção e à divulgação de conhecimento de qualidade, respaldado pelos atores envolvidos no processo de certificação de conteúdo. O segundo refere-se aos processos de produção editorial e gráfica, gerência administrativa e financeira, comunicação e *marketing*, essenciais para a produção adequada de um periódico científico. Na Figura 1, esquematizam-se os dois processos de gestão.

No entanto, para pensar-se em um modelo de gestão para a publicação de periódicos científicos, faz-se necessário conectar os aspectos identificados relativos à gestão científica e à administrativa dentro de uma perspectiva mais ampla, que permita compreender os fundamentos do negócio de edição de periódicos científicos. Para isso, pode-se tomar por base os pilares que fazem parte de um modelo de negócio, já que um de seus objetivos é a compreensão dos mecanismos-chave de um empreendimento (Eriksson & Penker, 2000).

2.2. Modelos de negócios de periódicos

Para Teece (2010), no modelo de negócio articula-se a lógica do empreendimento, são fornecidos dados e outras evidências que suportam a proposição de valor para o cliente e delinea-se uma estrutura viável de receitas e custos para que a empresa possa entregar esse valor. Para Baden-Fuller e Morgan (2010), um dos papéis de um modelo de negócio é fornecer um conjunto de descritores genéricos de como uma empresa se organiza para criar e distribuir valor de forma rentável. Para isso, muitos trabalhos focam a descrição de formas típicas de organização e comportamento em empresas, de tal modo que se possam rotular os diferentes tipos de organização e comportamento e, em seguida, classificar as empresas de acordo com elas (Baden-Fuller & Morgan, 2010). Para os autores, o uso da noção de modelo de negócio como mecanismo de classificação fornece valiosas maneiras para expandir a compreensão dos negócios e no desenvolvimento de tipos ideais (Baden-Fuller & Morgan, 2010).

Para a presente pesquisa, a proposta de Stahler (2002) é útil pela segmentação do modelo de negócio em quatro partes:

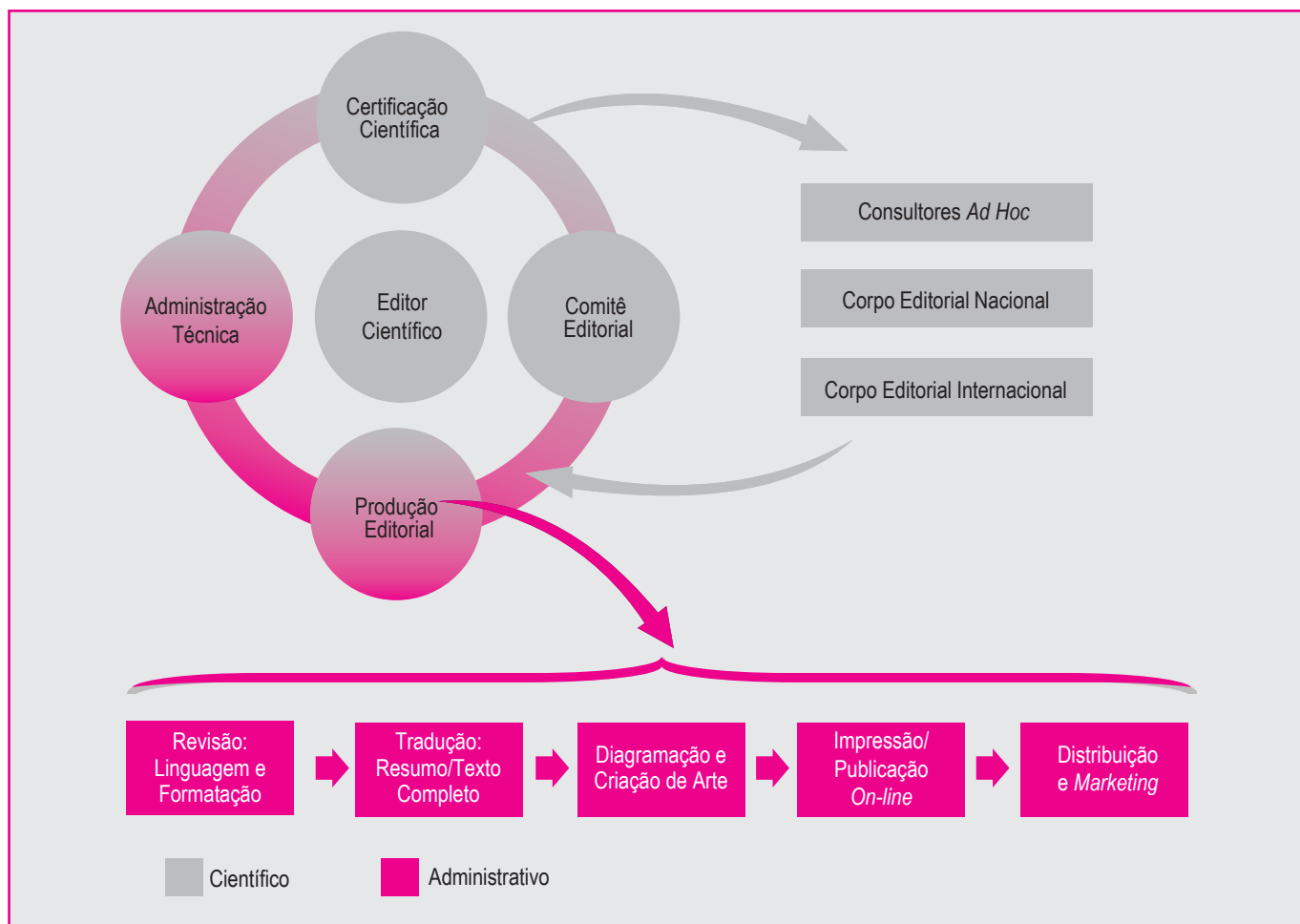


Figura 1: Gestão Científica e Administrativa

proposição de valor, produtos ou serviços oferecidos, arquitetura de valor e modelo de rendimentos. Para o autor, enquanto a proposição de valor e a arquitetura de valor definem os custos de um modelo de negócio, o modelo de rendimentos contém uma descrição de quais fontes e de que forma a empresa gera suas receitas (Stahler, 2002).

2.3. Proposição e arquitetura de valor

Para Stahler (2002), a proposição de valor deve compreender uma descrição de que valor os clientes e parceiros estão recebendo do negócio, sendo a criação de valor essencial para atender às necessidades dos clientes e motivar os parceiros a participar do negócio. O produto ou serviço oferecido pela empresa deve buscar cumprir a proposição de valor e gerar o benefício prometido ao cliente, sendo, portanto, o elo entre a empresa e seus clientes (Stahler, 2002). Pode-se dizer que os clientes e parceiros de um periódico são essencialmente seus autores, leitores/pesquisadores, bibliotecas e avaliadores.

A arquitetura de valor delinea a cadeia de valor apresentando os agentes econômicos que participam da criação de valor e seus respectivos papéis. O objetivo da arquitetura de valor é criar o benefício prometido para o cliente de um modo eficiente, assegurando a produção e a entrega do produto (Stahler, 2002). Para Gumieiro (2009), é a arquitetura de valor que organiza de modo mais adequado e eficiente a casa publicadora para que ela possa oferecer a seus clientes e parceiros as proposições de valor correspondentes. Percebe-se, portanto, que a arquitetura de valor se relaciona com as categorias de gestão científica e administrativa. São as atividades e os atores desse processo que permitem criar valor no processo de publicação de um periódico científico, e tais atividades certamente apresentam custos.

Os custos da gestão científica estão relacionados essencialmente ao que ASK (2011) chama de certificação de conteúdo. A atividade que a certificação de conteúdo envolve é a gestão do processo de revisão por pares, que inclui, de acordo com Houghton e Oppenheim (2010), o gerenciamento das submissões recebidas, a revisão inicial para verificação de adequação à política editorial da revista (*desk review*) e o gerenciamento do processo de revisão por pares externos. Tudo isso está ligado aos esforços que o periódico despense para selecionar os artigos de melhor qualidade para publicação.

Os fatores que influenciam esse custo são, de acordo com ASK (2011): número de artigos recebidos; taxa de rejeição do periódico; número de avaliadores por artigo; número de rodadas de revisão. De fato, cada artigo submetido deve passar pelo processo de revisão por pares e, quando uma grande quantidade de artigos é rejeitada, por consequência, aumentam os custos daqueles aceitos para publicação (SQW, 2004). Em alguns casos, editores científicos pré-selecionam os manuscritos recebidos, diminuindo o número daqueles que efetivamente passam pela revisão por pares, o que

reduz os custos de encontrar avaliadores e gerenciar o processo de avaliação, porém aumenta os custos internos (ASK, 2011).

Com relação aos custos das atividades de gestão administrativa, ASK (2011) buscou dividi-los em duas categorias. Primeiramente, a publicação do conteúdo, que considera os custos de formatação, referência cruzada, metadados, composição tipográfica, edição, transformação em HTML e transferência de dados para a plataforma que hospeda o conteúdo (ASK, 2011). Posteriormente, a gestão e a preservação do conteúdo, que considera os custos de depreciação da plataforma instalada ou o custo de licenciamento da plataforma, os custos de manutenção anual de *software* e *hardware* e os custos com recursos humanos associados à gestão da plataforma (ASK, 2011). Percebe-se que não foram incluídos na análise os custos da eventual impressão da revista, somente sua publicação em ambiente eletrônico.

Com relação aos custos associados a gestão, disponibilização e preservação de conteúdos em plataformas digitais, ASK (2011) identificou que tais custos podem variar bastante, dependendo do fato de a plataforma ser proprietária ou baseada em *software* livre, da idade e das características da plataforma, do número de artigos e documentos armazenados e da complexidade das plataformas em termos de serviços oferecidos aos autores e leitores. Portanto, a incidência do investimento na plataforma no preço dos artigos é difícil de calcular e mostra ser bastante variável entre os *publishers* estudados (ASK, 2011). Já os custos de manutenção da plataforma são mais fáceis de ser contabilizados e os *publishers* entrevistados por ASK (2011) relataram gastos anuais variando de 170.000 a 400.000 USD, e sua incidência nos custos por artigo depende do número de periódicos editados e do número de artigos publicado por periódico. Houghton e Oppenheim (2010), com base em uma extensa literatura sobre o assunto, estimaram ainda outras fontes de custos não consideradas na análise de ASK (2011), entre as quais se destacam as atividades de impressão, distribuição, *marketing*, hospedagem *on-line* e relacionamento com clientes.

Para que a arquitetura de valor funcione adequadamente, é necessário estabelecer o modelo de rendimentos ou as fontes de receita do periódico, pois será esse o insumo que impulsionará esse componente (Gumieiro, 2009). Stahler (2002) acredita que é o modelo de receitas que vai dizer se o modelo de negócio é sustentável.

2.4. Modelo de rendimentos / financiamento

Teece (2010) lembra que a indústria da informação sempre levantou questões desafiadoras relacionadas ao modelo de negócio, pois muitas vezes é difícil precificar a informação, e os consumidores têm muitas maneiras de obter certos tipos sem pagar. Descobrir como obter receitas (ou seja, capturar valor) a partir do fornecimento de informações aos clientes/usuários é um dos elementos essenciais no *design* de um modelo de negócio no setor informacional (Teece, 2010).

No entanto, para um periódico científico que, diferentemente de outros setores da indústria da informação e mais especificamente da indústria de publicação (jornais diários, revistas, livros etc.), não tem por objetivo a obtenção de lucro com a venda do produto, mas sim a disseminação de conhecimento científico de qualidade, as receitas devem ser suficientes para no mínimo cobrir os custos advindos da arquitetura de valor.

Certamente, se analisarem-se os grandes *publishers* comerciais que concentram a publicação de expressiva parte dos periódicos editados nos Estados Unidos e na Europa, ver-se-á que eles apresentam, segundo Morrison (2011), uma margem de lucro alta: *Elsevier* (36%), *Springer* (33,9%), *John Wiley & Sons* (42%), *Informa* (32,4%). No entanto, interessa para a presente pesquisa analisar especificamente os periódicos no contexto brasileiro. Para isso, deve-se notar o fato de que o acesso aberto no Brasil é praticamente uma regra, influenciado por políticas da agência que realiza a avaliação de periódicos no Brasil (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes) e pela criação da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Para entender o modelo de rendimentos de acesso aberto, que é o mais comum entre os periódicos brasileiros, a perspectiva adotada por Mueller (2011) segmenta as modalidades de financiamento de periódicos em duas categorias: interna e externa. O financiamento interno seriam

recursos originados pela própria entidade que publica o periódico [...]: recursos advindos de assinaturas, vendas de fascículos avulsos e taxas cobradas aos autores (Mueller, 2011, p. 208).

Já financiamento externo é considerado pela autora como “entidades que concedem apoio financeiro aos periódicos, mas que não são e não têm ligação com a entidade que edita o periódico beneficiado” (Mueller, 2011, p. 208). Como exemplos dessa última categoria, a autora cita as agências federais Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as fundações estaduais de amparo à pesquisa, entidades comerciais, entre outros.

3. METODOLOGIA

Na pesquisa apresentada neste artigo — posicionada como interpretativista, pois nela busca-se compreender os fenômenos por meio dos significados que lhes são atribuídos (Myers, 1997) —, utiliza-se o método de estudo de casos múltiplos. Esse método pode ser útil, na perspectiva interpretativista, para entender uma questão sob múltiplos aspectos e identificar tendências e, na perspectiva positivista, para generalização e replicação (Walsham, 1995; Creswell, 2012).

Foram escolhidos cinco casos para analisar os modelos de gestão de periódicos científicos, os quais foram selecionados pelo critério de impacto (citações), caracterizando-se uma amostra intencional. O impacto desses periódicos foi identificado em

dois estudos bibliométricos realizados por Machado-da-Silva, Guarido Filho, Rossoni e Graeff (2008) e por Wood Jr. e Chueke (2008), que os classificaram como os mais importantes da área de Administração no País. Os periódicos escolhidos para compor o estudo são: *Revista de Administração de Empresas* (RAE), *Revista de Administração Contemporânea* (RAC), *Revista de Administração da Universidade de São Paulo* (RAUSP), *Organização e Sociedade* (O&S) e *Brazilian Administration Review* (BAR). Esses periódicos também estão classificados no topo do *ranking* brasileiro de periódicos produzido pela Capes, o Qualis.

Primeiramente, buscou-se fazer uma contextualização, descrevendo brevemente o histórico sobre a evolução dos periódicos da área e das avaliações realizadas pela Capes para averiguar sua qualidade (Qualis). Foram identificadas também algumas características (ano de criação e tipo de instituição editora) dos periódicos nacionais e internacionais da área de Administração e Contabilidade classificados no Qualis de 2012, um total de 267 periódicos.

Para coletar as informações específicas relativas à gestão dos periódicos da amostra, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os editores e com membros da equipe editorial dos periódicos. Além disso, utilizando-se a técnica de análise documental, foram realizadas pesquisas nos *websites* das revistas e nas edições impressas para obter informações específicas sobre cada periódico estudado. A análise das entrevistas foi feita a partir do modelo teórico de gestão de periódicos, apresentado na Figura 2, e elaborado com base na literatura apresentada anteriormente. A partir das análises das entrevistas, foi possível propor uma tipologia de modelos de gestão de periódicos científicos.

- **Gestão científica** – compreende o gerenciamento do processo de certificação de conteúdo do periódico, visando à seleção e à divulgação de conhecimento de qualidade, respaldada pelos atores envolvidos no processo. Vale saber aqui como acontece o processo de avaliação de artigos, quais são as etapas, os critérios considerados e os atores envolvidos em cada uma das etapas. É importante saber também as características dos grupos que garantem em parte a credibilidade científica do periódico, ou seja, a sua equipe de editores e seu comitê editorial.
- **Gestão administrativa** – compreende o gerenciamento do processo de publicação de um periódico científico. Depois de assegurada a qualidade do conteúdo na gestão científica, esse conteúdo precisa tornar-se visível para a comunidade interessada, precisa ser divulgado, publicado. Para isso, são necessárias diversas atividades, que envolvem resumidamente os processos de: produção editorial e gráfica (edição de texto, edição de *layout*, diagramação, impressão); gestão administrativa e financeira (gestão de pessoal, recursos financeiros, recursos materiais, acompanhamento de serviços terceirizados, etc.); comunicação e *marketing* (indexação em bases de dados, venda e distribuição). Vale saber aqui qual equipe o periódico apresenta para realizar cada uma das atividades necessárias ao processo de publicação do periódico e a infraestrutura que possui para essas atividades.

Categories	Constructs	Dimensions
Gestão Científica	Credibilidade Científica	Características do Comitê Editorial
	Certificação de Conteúdo	Características da Equipe de Editores
Gestão Administrativa		Gestão Administrativa e Financeira, Produção Editorial e Gráfica, Comunicação e Marketing
	Características do Processo de Avaliação	
Modelo de Financiamento	Financiamento Interno	Características do Processo (Atividades)
		Características da Equipe
Modelo de Financiamento	Financiamento Externo	Infraestrutura
		Assinaturas
		Taxas Cobradas aos Autores
		Apoio da Mantenedora
		Agências Federais CNPq e Capes
Modelo de Financiamento	Financiamento Externo	Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
		Entidades Comerciais
Modelo de Financiamento	Financiamento Externo	Outros

Figura 2: Modelo de Análise

- **Modelo de financiamento** – a atividade de publicação de um periódico científico apresenta custos e, portanto, precisa ser financiada de alguma forma. Considerando-se que as revistas científicas no Brasil adotam majoritariamente o acesso aberto, é necessário ter outras fontes de financiamento além de assinaturas, já que estas diminuem bastante sua representatividade na cobertura dos custos quando o periódico está disponível em acesso aberto *on-line*. Assim, outras fontes de financiamento interno podem ser: apoio da instituição mantenedora; taxas cobradas aos autores. Ainda podem existir fontes externas de financiamento, como apoio de agências federais, estaduais, entidades comerciais entre outras. É importante saber o peso de cada elemento na cobertura dos custos e se isso está sendo suficiente para manter a publicação do periódico.

4. RESULTADOS

4.1. Contextualização e caracterização da área

A história da pós-graduação em Administração no Brasil começa na década de 1960, com o início do primeiro mestrado acadêmico na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Posteriormente, na década de 1970, foram criados mais 13 cursos de mestrado, dos quais um profissional e 12 acadêmicos. Nessa mesma década, também começaram a funcionar os três primeiros cursos de doutorado: Universidade de São Paulo (1975), Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976) e Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (1976).

Ressalta-se que nesse período o foco da pós-graduação ainda não era a pesquisa, mas sim a formação e a capacitação de profissionais para atuação como professores nas universidades (Bianchetti & Machado, 2009). O próximo doutorado a ser criado foi o da Universidade Federal da Bahia, mas somente em 1993, quase 20 anos após o primeiro. Percebe-se que houve um

aumento significativo no número de cursos a partir da década de 2000. Até o final da década de 1990, haviam sido criados 27 cursos de mestrado e oito de doutorado. Entre 2000 e 2009, foram criados mais 46 cursos de mestrado e 15 de doutorado, um aumento total de 174,3%.

A avaliação da pós-graduação por parte da Capes tem início no final da década de 1970, sendo a primeira avaliação realizada em 1976. De acordo com Balbachevsky (2005), a avaliação levada a cabo pela Capes possibilitou a criação de uma conexão clara e direta entre desempenho e sucesso, ou seja,

quanto melhor a avaliação alcançada pelo programa, maiores eram suas chances e as de seus pesquisadores de alcançar apoio, tanto em bolsas de estudo como em recursos para pesquisa e infraestrutura (Balbachevsky, 2005, p. 282).

Como parte da reforma do sistema de avaliação realizada entre 1996 e 1997 e implementada a partir de 1998, a Capes criou a base Qualis, com o intuito de construir

indicadores de produção científica fundamentados na qualidade das revistas científicas utilizadas pelos programas de pós-graduação, devendo estas receber uma classificação conforme critérios definidos pelas comissões de áreas (Souza & Paula, 2002, p. 8).

Na área de Administração, a primeira avaliação de periódicos para inclusão na base Qualis da área foi realizada em 2002. Os periódicos foram classificados de acordo com o âmbito de circulação (local, nacional, internacional) e em termos de reconhecimento científico (A, B ou C). A avaliação manteve-se assim nas rodadas subsequentes, até 2007.

Após a avaliação trienal de 2007, o Comitê Técnico-Científico (CTC) da Capes realizou uma avaliação dos critérios até

então utilizados para a avaliação de programas de pós-graduação, principalmente aqueles relacionados à composição da base Qualis. Foi identificado que o critério de âmbito de circulação do periódico estava sendo interpretado de maneiras diferentes pelas áreas, pois algumas consideravam o local de publicação do periódico, outras o público-alvo e outras uma mistura desses dois critérios (Sousa & Macedo, 2009). Além disso, no estudo realizado pela equipe técnica, apontaram-se problemas com relação à distribuição dos periódicos pelos estratos (algumas áreas concentravam a maioria dos periódicos nos estratos superiores) e à variedade de estratos à qual um periódico pertencia (em diferentes áreas de avaliação) (Sousa & Macedo, 2009).

Com isso, o CTC redefiniu os estratos do Qualis, que passou a ser composto por uma escala única, em ordem decrescente, A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (peso zero). Os estratos superiores não deveriam abrigar mais de 20% da produção da área e os periódicos deveriam estar regularmente distribuídos pelos estratos B (Sousa & Macedo, 2009). O CTC recomendou em seu documento relativo à reestruturação do Qualis que “os estratos superiores não sejam superpovoados, a fim de que seja devidamente destacada a excelência ou o diferencial de qualidade dos periódicos neles classificados” (Brasil, 2008). Além disso, os critérios de cada área e a listagem final de periódicos classificados passaram a ser aprovados pelo CTC.

Foi possível obter diretamente com a Coordenação de Gestão da Informação da Capes os dados relativos às avaliações anteriores do Qualis da área de Administração, Contabilidade e Turismo. Na avaliação de ano-base 2004, a base continha 111 periódicos avaliados e esse número foi aumentando progressivamente nas avaliações posteriores: 206 no ano-base 2005, 337 no ano-base 2006, 394 no ano-base 2007, 570 no ano-base 2008. A avaliação do ano-base 2010 contou com 875 periódicos, a do ano-base 2011 com 825 e a avaliação mais recente (ano-base 2012), divulgada em 2013, contou com 1.087 periódicos avaliados.

Com a quantidade crescente e a restrição no percentual de periódicos que podem ocupar os estratos superiores, pareceu inevitável a diversas comissões de área, incluindo Administração, Contabilidade e Turismo, a utilização de um critério discriminador como o fator de impacto (JCR) e o índice H (*Scopus*) para a classificação dos periódicos em A1 e A2.

Os resultados da avaliação de periódicos são essenciais para a nota final da avaliação do programa de pós-graduação. A cada produção que um docente permanente de um programa da área publica em um veículo qualificado no Qualis, o pesquisador acumula pontos: publicações em periódicos A1 contam 100 pontos e em periódicos B5, 10 pontos; a média ideal considerada pela Capes é de 150 pontos por triênio. Esse quesito vem aumentando de peso a cada avaliação trienal. Na avaliação de 2004, o item “produção intelectual” tinha o peso de 30% na nota do programa; na avaliação de 2007, o peso aumentou

para 35%; e na avaliação de 2010 chegou a cerca de 40%, se for incluída a produção de discentes do programa.

Portanto, dada a necessidade de publicar mais, é natural que sejam criados mais periódicos, para disseminar a produção científica dos pesquisadores da área. A partir de uma análise da base Qualis mais recente (2012), mantendo-se apenas os periódicos de Administração e Contabilidade (excluindo-se aqueles de outras áreas, como: ciência da informação, economia, ciência política, psicologia, etc.), chega-se a um total de 116 periódicos nacionais. Analisando-se a data de criação de cada um, percebe-se que a maior parte deles, 76% ou 88 periódicos, foi criada nos anos 2000.

Percebe-se que houve um aumento de 275% no número de periódicos analisando-se a quantidade existente até 1999 com aquela da década de 2000. Isso pode ter relação com o aumento do número de cursos de mestrado e doutorado na mesma época. Com mais mestrandos e doutorandos, aumenta-se a quantidade de publicações, havendo necessidade de mais veículos para divulgá-las. Mas é possível haver relação também com a maior necessidade de publicar (engendrada pela reestruturação da avaliação de programas em 1998 e do Qualis em 2008), sendo a criação de novos periódicos uma das formas de possibilitar maior disseminação da produção científica, e também com a popularização do uso da Internet na década de 2000 como ferramenta para publicação de periódicos eletrônicos.

Ainda analisando-se esse mesmo grupo de periódicos, pode-se perceber que a expressiva maioria é editada / publicada por instituições de ensino superior (IES) públicas (40%) e privadas (46%) e, em menor escala, por associações ou sociedades científicas (6%), fundações e instituições públicas e privadas (5%), conselhos ou associações de classe (3%).

Esse perfil é completamente diferente quando se consideram as revistas estrangeiras classificadas no Qualis, um total de 151 revistas. No conjunto de periódicos estrangeiros, a edição por parte de IES é pouco representativa (apenas 9%). A ampla maioria dos periódicos é editada por *publishers* ou editoras comerciais, seja individualmente (58%), seja em parceria com associações científicas (9%), IES (2%) ou institutos de pesquisa (1%). Apesar de o *publisher* ser fechado (não oferece acesso aberto aos artigos, na maioria dos casos), sua infraestrutura e sua capacidade para a tarefa de publicação de um periódico científico certamente geram um diferencial e, além disso, o *publisher* tem recursos financeiros garantidos para investimento nas revistas, o que nas IES públicas ou privadas não é sempre fácil de conseguir.

Como afirmam Dias e Garcia (2008, p. 81),

a maioria dos periódicos brasileiros é publicada por cursos, instituições de ensino superior, associações de classe ou sociedades científicas, em que inexistem a tradição de editores com formação específica para o exercício da função.

Além disso, Targino e Garcia (2008, p. 69) lembram que

a maioria dos editores acadêmicos mantém atividades múltiplas e enfrenta, no dia a dia, a concorrência das casas comerciais, com pessoal, em geral, mais bem treinado, pelo menos no campo gerencial.

4.2. Caracterização do modelo de gestão

Nas Figuras 3, 4, 5 e 6 resumem-se as características do modelo de gestão adotado pelos periódicos. Essa caracterização foi feita com base no modelo teórico proposto na seção 3 e nas informações obtidas por meio das entrevistas realizadas com os editores e membros de sua equipe editorial.

Revistas	Gestão Científica									
	Processo de Avaliação									
	Número de Etapas	Verificação de Formato	Análise de Ineditismo	Desk Review	Avaliação		Tempo entre Submissão e Aprovação 2011 (Dias)	Tempo entre Submissão e Aprovação 2012 (Dias)	Taxa de Aceitação (Aproximada)	Artigos Recebidos no Ano de 2012
			Número de Avaliadores		Desempate					
RAE	5	SIM	NÃO	1) Editor / Editor Adjunto 2) Editores Científicos	2	Editor Científico do Artigo	228	209	5% a 10%	584
RAC	5	SIM	SIM	1) Editor / Corpo Editorial Científico	2	3º Avaliador / Editor	287	242	5% a 10%	436
RAUSP	3	NÃO	NÃO	1) Editor / Pesquisadores Próximos	2	3º Avaliador / Editor	398	333	15% a 20%	211
BAR	5	SIM	NÃO	1) Editor 2) Corpo de Avaliadores	2	3º Avaliador / Editor	317	288	15% a 20%	165
O&S	3	NÃO	NÃO	1) Editor / Comitê Editorial	2	3º Avaliador / Editor	532	548	15% a 20%	185

Figura 3: Gestão Científica – Processo de Avaliação

Revistas	Gestão Científica									
	Editor(es)							Comitê Editorial		
	Forma de Escolha	Mandato		Remuneração	Adjunto / Associado	Restrições	Experiência Anterior	Função	Composição	Mandato
Duração		Recondução								
RAE	Nomeação	2 anos	Por período indeterminado	SIM	SIM	Professor da FGV-EAESP	NÃO	Decisões políticas e científicas	Endógena (FGV)	NÃO
RAC	Convite	2 anos	Uma vez por igual período	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Decisões políticas e científicas	Endógena (ANPAD)	NÃO
RAUSP	Convite	4 anos	4 anos	NÃO	NÃO	Professor Titular da USP	NÃO	Decisões políticas e científicas	Diversificada	NÃO
BAR	Convite	2 anos	Duas vezes por igual período	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	Decisões políticas e científicas	Diversificada	2 Anos. Duas reconduções no máximo
O&S	Convite	Indeterminado	Indeterminado	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Decisões políticas e científicas	Diversificada	NÃO

Figura 4: Gestão Científica – Editores e Comitê Editorial

Revistas	Gestão Administrativa							
	Equipe Interna	Processos Terceirizados						
		Revisão	Tradução	Produção Gráfica	Marcação de Metadados	Atualização do Website	Impressão	Distribuição
RAE	6	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
RAC	3 (1 só para revista e 2 compartilhadas)	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
RAUSP	2	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
BAR	3 (1 só para revista e 2 compartilhadas)	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
O&S	2	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM

Figura 5: Gestão Administrativa

Revistas	Modelo de Financiamento							
	Modo de Contratação dos Terceirizados	Espaço Físico	Sistema de Gestão	Fonte Internas		Fontes Externas		
				Mantenedora	Assinaturas	CNPq	FAPs	Entidades Comerciais
RAE	Cotação	Instituição Mantenedora	Terceirizado	61,40%	36%	2,60%	0%	0%
RAC	Cotação	Home Office	SciELO	91,7%	0%	8,3%	0%	0%
RAUSP	Cotação / Licitação	Instituição Mantenedora	Próprio	20%	30%	4%	0%	46%
BAR	Cotação	Home Office	SciELO	92%	0%	8%	0%	0%
O&S	Licitação	Instituição Mantenedora	SEER	85%	15%	0%	0%	0%

Figura 6: Modelo de Financiamento

4.3. Tipologia de modelos de gestão

A partir da caracterização dos periódicos feita com base no modelo teórico proposto e nas percepções de editores e assistentes editoriais, foi possível propor uma tipologia de modelos de gestão de periódicos científicos, apresentada na Figura 7.

• Modelo de gestão científica

- **Processo de Avaliação – MT1** (Modelo Tipo 1): cinco etapas – verificação de formato; *desk review* 1 (editor); *desk review* 2 (corpo/comitê editorial/avaliadores); avaliação *double-blind*; alterações. **MT2**: três etapas (*desk review* 1; avaliação *double-blind*; alterações).
- **Desempate – MT1**: efetuado por um terceiro avaliador ou pelo editor científico. **MT2**: efetuado pelo membro do corpo editorial científico responsável pelo processo de avaliação do artigo.
- **Comitê – MT1**: grupo endógeno e sem mandato. **MT2**: grupo diversificado e sem mandato. **MT3**: grupo diversificado e com mandato.
- **Editores – MT1**: grupo endógeno e com remuneração. **MT2**: grupo endógeno e sem remuneração. **MT3**: grupo não endógeno e sem remuneração.

• Modelo de gestão administrativa

- **Equipe Interna e Espaço Físico – MT1**: equipe reduzida, sem espaço físico. **MT2**: equipe reduzida, com espaço físico. **MT3**: equipe ampla, com espaço físico.
- **Processos – MT1**: poucos processos terceirizados, contratação por cotação. **MT2**: muitos processos terceirizados, contratação por licitação. **MT3**: muitos processos terceirizados, contratação por cotação.

• Modelo de financiamento

- 1) Instituição mantenedora + CNPq.
- 2) Instituição mantenedora + assinaturas.
- 3) Instituição mantenedora + assinaturas + CNPq.
- 4) Entidades comerciais + assinaturas + Instituição mantenedora + CNPq.

Optou-se por realizar a segmentação dos periódicos da amostra por tipo de instituição editora (associação científica, instituição de ensino superior (IES) pública / privada) para, assim, buscar estabelecer o tipo de modelo de gestão administrativa, científica e de financiamento adotado em cada segmento.

Percebe-se que periódicos editados por associações científicas tendem a adotar um modelo de gestão científica que varia entre

Instituição	Modelo de Gestão Científica	Modelo de Gestão Administrativa	Modelo de Financiamento
Associação Científica	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de Avaliação MT1 (Desempate MT1) • Comitê MT1/MT3 • Editores MT3 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Interna e Espaço Físico MT1 • Processos MT1 	<ul style="list-style-type: none"> • Mantenedora(↑)+CNPq (↓)
IES Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de Avaliação MT2 (Desempate MT1) • Comitê MT2 • Editores MT2 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Interna e Espaço Físico MT2 • Processos MT2 	<ul style="list-style-type: none"> • Mantenedora(↑)+Assinaturas(↓) • Entidades Comerciais(↑)+Assinaturas+Mantenedora+CNPq(↓)
IES Privada	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de Avaliação MT1 (Desempate MT2) • Comitê MT1 • Editores MT1 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe Interna e Espaço Físico MT3 • Processos MT3 	<ul style="list-style-type: none"> • Mantenedora(↑)+Assinaturas+CNPq(↓)

Figura 7: Tipologia de Modelos de Gestão

o tipo 1 e o tipo 3, um modelo de gestão administrativa de tipo 1 e um modelo de financiamento que conta em grande parte com o apoio da instituição mantenedora e com uma pequena ajuda do governo federal por meio de projetos de apoio à editoração financiados pelo CNPq. Ressalta-se que os periódicos desse grupo são apenas eletrônicos e, portanto, não possuem assinaturas como fonte de renda, diferentemente dos demais periódicos da amostra, os quais mantiveram a versão impressa do periódico e possuem assinantes, principalmente bibliotecas de IES públicas e privadas. Além disso, por serem apenas eletrônicos, possuem um modelo de gestão administrativa distinto (MT1), com uma equipe interna menor e menos processos terceirizados.

Os periódicos editados por IES públicas tendem a adotar um modelo de gestão científica de tipo 2, um modelo de gestão administrativa de tipo 2 e um modelo de financiamento diversificado, mas que também depende muito da instituição mantenedora. Deve-se notar aqui que um dos periódicos editados por IES públicas financia grande parte (46%) dos custos da publicação por meio do apoio de uma entidade comercial (Fundação Instituto de Administração), o que destoa do conjunto de revistas analisadas, as quais não contam com esse tipo de apoio. Os periódicos de IES privadas tendem a adotar um modelo de gestão científica de tipo 1, um modelo de gestão administrativa de tipo 3 e um modelo de financiamento que também conta com uma boa parte do auxílio à publicação proveniente da instituição mantenedora.

Essa tipologia proposta ainda precisa ser testada para verificar-se sua validade em um conjunto maior de periódicos, tanto da área de Administração quanto de outras áreas do conhecimento. Além disso, seria interessante realizar essa análise com os periódicos estrangeiros da área. Supõe-se que o padrão das revistas editadas fora do Brasil deva ser diferente, considerando que apenas 23% desse conjunto de periódicos é editado por IES ou associações científicas, enquanto 92% dos periódicos brasileiros são editados por esses tipos de instituições. Isso deve influenciar principalmente o modelo de financiamento dos periódicos que, por ser o motor que impulsiona a arquitetura de valor do periódico, acaba influenciando o modelo de gestão

científica e administrativa adotado (componentes da arquitetura de valor de um periódico científico).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, o objetivo foi analisar a gestão editorial de periódicos científicos da área de Administração no contexto brasileiro e propor uma tipologia de seus modelos de gestão. Para isso, primeiramente analisou-se a literatura relativa à gestão de periódicos científicos no intuito de estabelecer um modelo teórico em que se identificou que a gestão de um periódico científico está relacionada ao entendimento de três aspectos: gestão científica, gestão administrativa e modelo de financiamento.

A gestão científica representa, em suma, o gerenciamento do processo de certificação de conteúdo do periódico (processo de avaliação dos artigos), visando selecionar e publicar conhecimento de qualidade para a área. Para isso, conta-se com diversos atores que colaboram nesse processo, sendo esses, além do editor, os avaliadores, o corpo editorial científico e o comitê de política editorial. Esse último, apesar de não estar envolvido diretamente no processo de avaliação dos artigos, é responsável por traçar os objetivos e a linha de atuação da revista, os quais influenciam o modo como o processo de avaliação é executado.

Já a gestão administrativa representa o processo de publicação do periódico em si, envolvendo, na maior parte dos casos, produção editorial e gráfica, gestão administrativa e financeira, comunicação e *marketing*, atividades necessárias para que o produto periódico possa ser publicado. Para realização dessas atividades, o periódico precisa de uma equipe interna e/ou externa (terceirizada) consistente e comprometida, além de infraestrutura física e tecnológica adequada.

A publicação de um periódico científico apresenta custos, portanto é necessário adotar uma estratégia para cobrir tais custos, essencialmente relacionados aos processos de gestão científica e administrativa. O modelo de financiamento do periódico

pode contar com diversas fontes de recursos, como apoio da mantenedora, assinaturas, apoio de agências federais, etc.

Nas entrevistas com os editores, identificou-se que nenhum deles apresentava experiência anterior na edição de um periódico científico quando assumiu a editoria do periódico em questão, o que corrobora a afirmação de Targino e Garcia (2008) de que a maioria dos editores no Brasil não possui formação adequada para exercer suas funções principais, além de ter outras atribuições, como pesquisador de sua área. Os editores entrevistados acabaram aprendendo na prática e com o auxílio de ex-editores que atuaram nas revistas. Seria interessante que houvesse um curso para introduzir novos editores nesse meio de publicação de um periódico científico, atividade que é extremamente importante para o avanço da ciência. Além disso, a maioria dos editores não recebe tipo algum de remuneração por seu trabalho e também não conta com o auxílio de um editor-adjunto no processo, o que ajudaria a diminuir a carga de trabalho do editor científico.

O processo de avaliação dos artigos executado pelas revistas é muito similar, no entanto três dos periódicos apresentam um processo de triagem inicial mais rigoroso, o que permite que sejam encaminhados ao *double-blind review* artigos que já apresentam boa qualidade. O grande entrave do processo de avaliação em todas as revistas é quando os artigos são encaminhados aos pareceristas. Em muitos casos, eles demoram demais para dar uma resposta ou elaboram um parecer fraco, o que muitas vezes exige do editor o trabalho de encontrar outro avaliador e ficar cobrando uma resposta.

No entanto, é um processo difícil, pois os pareceristas são voluntários e pesquisadores da área que possuem múltiplas atividades, então é complicado exigir que respondam a tempo e que elaborem um parecer consistente e de qualidade. Como um dos editores disse, talvez seja necessário um incentivo dos órgãos que realizam a avaliação dos pesquisadores e dos programas de pós-graduação para a realização dessa atividade, que é essencial para a construção do conhecimento científico e sem a qual não é possível publicar um periódico.

Todas as revistas apresentam uma boa equipe (em termos quantitativos e qualitativos) para a realização das atividades administrativas necessárias ao processo de publicação do periódico. Para revistas impressas e com periodicidade maior, a parte administrativa acaba sendo mais representativa em termos de recursos (humanos e financeiros) despendidos, pelo fato de ter que lidar com um grande número de processos terceirizados, gerenciados pela equipe interna da revista. A infraestrutura física e tecnológica das revistas parece ser adequada e suficiente para a realização das atividades básicas do periódico. No caso dos periódicos da Anpad, as assistentes editoriais trabalham em casa, mas contam com o suporte e auxílio da Anpad para compra de novos equipamentos e manutenção, caso seja necessário.

Para o financiamento da publicação, a maior parte dos periódicos depende muito do apoio da mantenedora, principalmente aqueles que são exclusivamente eletrônicos, já que as assinaturas ainda representam boa parte dos recursos das revistas

impressas. No entanto, as assinaturas tendem a diminuir com a expansão das TICs e o maior uso do meio eletrônico para leitura dos artigos que, no caso de todas as revistas da amostra, estão disponíveis integralmente *on-line*. Na verdade, como afirma uma das assistentes editoriais entrevistadas, as assinaturas ainda se mantêm porque o Ministério da Educação (MEC) exige das universidades, centros universitários e faculdades, a versão impressa de determinados periódicos na biblioteca.

Percebe-se que os recursos fornecidos pelo CNPq aos periódicos são ínfimos e não são nem de longe suficientes para auxiliar as revistas da área a cobrir os custos totais da publicação do periódico. O CNPq financiou, em 2012, 247 projetos de apoio à editoração de periódicos no Brasil, despendendo um total de R\$ 5.798.690,00. No entanto, a distribuição dos recursos não é equitativa entre as áreas do conhecimento. Ciências biológicas, exatas e da saúde recebem 55,4% do total investido e representam apenas 27,6% dos projetos. Ciências humanas, sociais aplicadas, linguística, letras e artes representam 53,8% dos projetos, mas recebem apenas 27,4% dos recursos.

A partir das entrevistas com editores e membros de suas equipes editoriais juntamente com as informações do modelo teórico de gestão de periódicos proposto, foi possível elaborar uma tipologia de modelos de gestão. Ressalta-se que essa tipologia ainda precisa ser testada para verificar sua validade em um conjunto maior de periódicos, tanto da área de Administração quanto de outras áreas do conhecimento.

Nessa tipologia proposta, percebe-se uma diferenciação dos modelos de gestão científica, administrativa e de financiamento de acordo com a instituição editora do periódico (associação científica, instituição de ensino superior (IES) pública / privada). Em muitos casos, é a instituição mantenedora / editora que contribui de forma mais significativa para o financiamento do periódico. Sendo o financiamento a força motriz dos processos de gestão administrativa (principalmente) e científica (secundariamente), o modelo de gestão acaba dependendo majoritariamente da instituição que edita o periódico e, portanto, do investimento e da importância que ela atribui à edição de uma revista científica.

Nesse sentido, propõe-se para estudos futuros uma investigação sobre o processo de governança em periódicos científicos, entendida como boas práticas de gestão científica e administrativa buscando atender aos interesses dos diversos *stakeholders* (mantenedora, IES, órgãos de fomento à pesquisa, leitores/ pesquisadores, autores, avaliadores) do processo de gestão editorial de forma justa e equilibrada.

Futuramente, também seria interessante realizar essa análise relativa ao modelo de gestão para os periódicos estrangeiros. Supõe-se que o padrão das revistas editadas fora do Brasil deva ser diferente, considerando-se que apenas 23% desse conjunto de periódicos é editado por IES ou associações científicas, enquanto 92% dos periódicos brasileiros são editados por esses tipos de instituições. ◆

- Adami, A., & Marchiori, P. Z. (2005). Autoria e leitura de artigos por docentes pesquisadores: motivações e barreiras. In S. M. Ferreira, & M. G. Targino (Orgs.), *Preparação de revistas científicas: teoria e prática*. São Paulo: Reichmann & Autores.
- Adams, J., & King, C. (2009, June). Global Research Report: Brazil: Research and collaboration in the new geography of science. New York: Thomson Reuters.
- ASK (2011). *PEER economics report*. Milan: ASK Bocconi.
- Baden-Fuller, C., & Morgan, M. (2010). Business models as models. *Long Range Planning*, 43(2-3), 354-363. DOI: 10.1016/j.lrp.2010.02.005
- Balachevsky, E. (2005). A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In C. Brock, & S. Schwartzman, *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bedeian, A. G., Van Fleet, D. D., & Hyman III, H. H. (2009). Scientific achievement and editorial board membership. *Organizational Research Methods*, 12(2), 211-238. DOI: 10.1177/1094428107309312
- Beverungen, A., Böhm, S., & Land, C. (2012). The poverty of journal publishing. *Organization*, 19(6), 929-938. DOI: 10.1177/1350508412448858
- Bianchetti, L., & Machado, A. (2009). Publicar & morrer? Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, pp.53-69.
- Brasil. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2008). *Reestruturação do Qualis*. Brasília.
- Camargo Jr., K. R. (2012). A indústria de publicação contra o acesso aberto. *Revista de Saúde Pública*, 46(6), 1090-1094.
- Carvalho, K. (2011). Revista científica e pesquisa: perspectiva histórica. In D. Población et al. (Orgs.), *Revistas científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação*. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Creswell, J. W. (2012). *Qualitative inquiry and research design* (3rd ed.). Los Angeles: Sage.
- Dias, C. G. S. (2006). *Periódicos da comunicação científica: produção e difusão de periódicos e panorama dos veículos brasileiros da área de Comunicação na base Qualis*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Dias, G. A., & Garcia, J. C. R. (2008). Revistas científicas: financiamento, recursos tecnológicos e custos. In S. M. P. Ferreira, & M. G. Targino (Orgs.), *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: Senac/ Cengage Learning.
- Dubini, P., & Giglia, E. (2009). Economic sustainability during transition: the case of scholarly publishing. *Proceedings of the International Conference on Electronic Publishing*, Milan, Italy, 13.
- Eriksson, H.-E., & Penker, M. (2000). *Business modeling with UML: business patterns at work*. New York: John Wiley & Sons.
- Gomes, V. P. (2010). O editor de revista científica: desafios da prática e da formação. *Informação & Informação*, 15(1), 147-172.
- Gruszynski, A. C., Golin, C., & Castedo, R. (2008). Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. *E-Compós*, 11(2).
- Guanaes, P. C. V., & Guimarães, M. C. S. (2012). Modelos de gestão de revistas científicas: uma discussão necessária. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17(1), 56-73.
- Gumieiro, K. A. (2009). *Modelos de negócios para periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Harvie, D., Lightfoot, G., Lilley, S., & Weir, K. (2012). What are we to do with feral publishers? *Organization*, 19(6), 905-914. DOI: 10.1177/1350508412448859
- Houghton, J. W., & Oppenheim, C. (2010). The economic implications of alternative publishing models. *Prometheus: Critical Studies in Innovation*, 28(1), 41-54. DOI: 10.1080/08109021003676359
- Machado-da-Silva, C. L., Guarido Filho, E. R., Rossoni, L., & Graeff, J. F. (2008). Periódicos brasileiros de administração: análise bibliométrica de impacto no triênio 2005-2007. *RAC-Eletrônica*, 2(3), 351-373.
- Morrison, H. (2011). *Scholarly communication in crisis: freedom for scholarship in the internet age*. PhD dissertation (in progress), School of Communication, Simon Fraser University, Vancouver, Canada.
- Mueller, S. P. M. (2011). Produção e financiamento de periódicos científicos de acesso aberto: um estudo na base SciELO. In D. Población et al. (Orgs.), *Revistas científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação* (Cap. 9). Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Myers, M. D. (1997). *Qualitative research in Information Systems*. *MIS Quarterly*, 21(2).
- Población, D. et al. (2003). Revistas brasileiras publicadoras de artigos científicos em cirurgia. Terminologia e atribuições adotadas pelos editores. Proposta de organograma do periódico e fluxograma do artigo. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 18(6), 497-501.
- Regalado, A. (2010). Science in Brazil: Brazilian science riding a gusher. *Science*, 330(6009), 1306-1312.
- Rezende, S. M. (2011). Produção científica e tecnológica no Brasil: conquistas recentes e desafios para a próxima década. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, 51(2), 202-209.

REFERÊNCIAS

- Sousa, C. P., & Macedo, E. (2009). Avaliação da pesquisa em educação e indicadores de produção bibliográfica: um relato sobre o Qualis Periódicos. *Revista de Educação Pública*, 18(37), 255-272.
- Souza, E. P., & Paula, M. C. S. (2002). Qualis: a base de classificação de periódicos científicos utilizada na avaliação da Capes. *Infocapes – Boletim Informativo da Capes*, 10(2), 7-25.
- SQW. (2004). *Costs and business models in scientific research publishing: a report commissioned by the Wellcome Trust*. London: The Wellcome Trust.
- Stahler, P. (2002). *Business models as an unit of analysis for strategizing*. Recuperado em 5 janeiro, 2013, de <http://www.geschaeftsmodellinnovation.de/english/definitions.htm>
- Targino, M. G., & Garcia, J. C. R. (2008). O editor e a revista científica: entre o “feijão e o sonho”. In S. M. P. Ferreira, & M. G. Targino (Orgs.), *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: Senac/ Cengage Learning.
- Teece, D. (2010). Business models, business strategy and innovation. *Long Range Planing*, 43(2-3), 172-194. DOI: 10.1016/j.lrp.2009.07.003
- Teixeira, R. K. C., Silveira, T. S., Botelho, N. M., & Petroianu, A. (2012). Citação de artigos nacionais: a (des) valorização dos periódicos brasileiros. *Rev. Col. Bras. Cir*, 39(5), 421-424.
- Trzesniak, P. (2009). A estrutura editorial de um periódico científico. In A. Sabadini, M. Sampaio, & S. Koller (Orgs.), *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica* (Cap. 4). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia.
- Walsham, D. (1995). Interpretative case studies in IS research: nature and method. *European Journal of Information Systems*, 4, pp. 74-81.
- Wood Jr., T., & Chueke, G. V. (2008). Ranking de produção científica em administração de empresas no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie – RAM*, 9(4), 13-31.

ABSTRACT

Scientific journals management: case studies in business administration journals

This research aimed to examine the editorial management of Brazilian scientific journals in the administration field and propose a typology of their management models. We adopted a qualitative approach and used the multiple case study method with the following journals: RAE, RAC, RAUSP, O&S and BAR. It was identified that the management model of the journals is strongly linked to the type of supporting entity (scientific association, public/private higher education institution), which influences the financial, administrative and scientific issues of the journals.

Keywords: scientific communication, scientific journals, editorial management, open access.

RESUMEN

Gestión de publicaciones periódicas científicas: estudio de casos en revistas del área de Administración

El objetivo en este estudio es analizar la gestión editorial de revistas científicas del área de Administración en el contexto brasileño y proponer una tipología de sus modelos de gestión. Se adoptó un enfoque cualitativo y se utilizó el método de estudio de casos múltiples de las siguientes revistas: RAE, RAC, RAUSP, O&S y BAR. Se comprobó que el modelo de gestión de las publicaciones está fuertemente relacionado con el tipo de entidad que las apoya (asociación científica, institución de educación superior pública o privada), lo que influye en las cuestiones financieras, administrativas y científicas de las revistas.

Palabras clave: comunicación científica, revistas científicas, gestión editorial, libre acceso.